

Algumas Sugestões para a Avaliação Intercalar do Planeamento para os Próximos Dez Anos para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior (2011-2020) de Macau

*Un Kam Sok**

Introdução

A Direcção dos Serviços de Educação e Juventude (DSEJ), publicou o “Relatório da Avaliação Intercalar do Planeamento para os Próximos Dez Anos para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior (2011-2020)”, elaborado pelo Gabinete de Avaliação do Centro de Investigação do Desenvolvimento Educativo do Ministério de Educação da China, em 2016, cinco anos depois do início de execução deste Planeamento. O relatório compreende duas partes principais: a primeira refere-se aos resultados obtidos nas sete vertentes primordiais, isto é, a aplicação de recursos no ensino, o regime do ensino não superior, o desenvolvimento dos estudantes, o desenvolvimento do pessoal docente, a administração escolar, a equidade na educação e a abertura à educação alargada com base na cooperação regional; as restantes duas partes referem-se aos desafios e sugestões suportadas em três vertentes essenciais, ou seja, as questões que merecem atenção especial nos próximos cinco anos, as sugestões para as futuras acções prioritárias e algumas questões que merecem um estudo mais aprofundado.¹

I. Sugestões anteriores apresentadas relativas ao “Planeamento para os Próximos Dez Anos para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior” de Macau

Recorda-se que a autora, num estudo anterior, apresentou 12 sugestões para o “Planeamento para os Próximos Dez Anos para o Desenvolvi-

* Trabalha na Escola Pui Wa de Macau. Doutorada em Administração pela Universidade Normal do Sul da China.

¹ Gabinete de Avaliação do Centro de Investigação do Desenvolvimento Educativo do Ministério de Educação da China, *Relatório da Avaliação Intercalar do Planeamento para os Próximos Dez Anos para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior (2011-2020)*, DSEJ, Outubro de 2016.

mento do Ensino Não Superior (2011-2020)” que foram as seguintes: 1) Revitalizar a cultura da leitura em Macau sob a liderança do Governo de modo a promover a criação de uma sociedade de aprendizagem e elevar a competitividade dos cidadãos; 2) Definir as exigências das competências académicas básicas de cada nível do ensino escolar; 3) Aumentar as regalias e os benefícios do pessoal docente de modo a atrair mais quadros altamente qualificados para exercerem a profissão de docente; reduzir a duração do tempo lectivo e reforçar a formação profissional do pessoal docente sobretudo no que toca à melhoria dos valores morais; 4) Promover um ensino diversificado e oferecer mais alternativas aos alunos para formar alunos especializados em diferentes áreas; lançar uma diversidade de cursos técnico-profissionais para estimular o interesse dos alunos pela aprendizagem, assegurando a qualidade do ensino; 5) Estabelecer um mecanismo de fiscalização relativamente à empregabilidade dos jovens a tempo parcial; elevar as exigências mínimas para o acesso ao emprego, por exemplo, só podem candidatar-se às forças de segurança e a *croupier* num casino os indivíduos que tenham completado o ensino secundário; 6) Reforçar a educação moral e criar legislação para controlar e regular os actos inadequados praticados pelos alunos em sociedade, sendo necessário adoptar medidas concretas; 7) Melhorar o ambiente de aprendizagem e reservar espaços na Zona Nova de Aterros do Porto Exterior para actividades estudantis porque, efectivamente, algumas escolas têm apenas um espaço muito limitado, que em nada beneficia o crescimento saudável, tanto físico como psíquico, dos alunos; 8) Dar formação adicional aos alunos que não conseguiram concluir o ensino básico de forma a criar-lhes condições para poderem integrar a sociedade; 9) Construir mais bibliotecas públicas com certa dimensão; 10) Criar prémios diversificados para incentivar a leitura; 11) Criar mais instalações desportivas ao ar livre, incentivando os alunos a atingir a meta “reforçar a saúde”; 12) Prorrogar o prazo de consulta pública, pois o prazo para a recolha de opinião pública para o “Planeamento para os Próximos Dez Anos” foi bastante curto e elaborado um pouco à pressa.²

² Un Kam Sok, *Educação e Reflexão: Trabalhos da Professora Un Kam Sok sobre a Educação Cívica*, Escola Pui Wa de Macau, Novembro de 2015, p. 237-239.

II. Resultados obtidos na avaliação intercalar do “Planeamento para os Próximos Dez Anos para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior” de Macau

Passados cinco anos, relativamente às sugestões acima abordadas, a autora fez uma avaliação sobre os resultados obtidos principalmente nas seguintes vertentes:

1. Dar importância à educação

Ao anunciar o lema “Promover a prosperidade de Macau através da educação”, o Governo afirmou que promoveria o aumento do financiamento na educação; a melhoria das condições de funcionamento das escolas particulares; a redução das taxas de retenção e de abandono escolar e a elevação do nível de educação dos cidadãos. Dando um exemplo, a taxa da população activa de Macau com educação da escola secundária aumentou de 16.7% em 2000 para 27.9% em 2014.³ Isto demonstra que houve um aumento no nível de educação da população activa de Macau.

2. Reforçar a legislação no âmbito da educação

Em 2007, estabeleceu-se em Macau a escolaridade gratuita de quinze anos, não deixando para trás nenhum aluno e aliviando a pressão financeira sentida pelos pais. Nos últimos anos, os serviços públicos de educação têm adoptado várias políticas e medidas, tais como o “Quadro Geral do Pessoal Docente das Escolas Particulares do Ensino Não Superior”, o “Quadro da Organização Curricular da Educação Regular do Regime Escolar Local” e as “Exigências das Competências Académicas Básicas da Educação Regular do Regime Escolar Local”, para melhorar, de forma contínua, os regimes de educação e promover a equidade na educação.

3. Assegurar o aperfeiçoamento do pessoal docente através de legislação

Em 2012, com a aprovação e implementação em Macau do “Quadro Geral do Pessoal Docente das Escolas Particulares do Ensino Não

³ Gabinete de Estudo das Políticas do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, *Relatório do Estudo sobre a Política Demográfica de Macau*, Julho de 2015, p. 42.

Superior”, a importância do pessoal docente na sociedade chegou a um patamar mais elevado, pois as suas regalias melhoraram, sobretudo com a redução de horas lectivas. Em 2005, foi dado início à formação disponibilizada pelas próprias escolas, de modo a promover o aperfeiçoamento profissional do pessoal docente.

4. Estabelecer regimes de educação

Nos termos do n.º 4 do artigo 25.º do “Planeamento”, o sistema de avaliação de desempenho dos alunos é objecto de um diploma próprio. No “Planeamento” foi acrescentado o seguinte: “incentivar a diversificação das formas de avaliação, reforçando a orientação na aprendizagem, aumentando, assim, a sua eficácia, bem como rever e melhorar os sistemas de avaliação, de transição e retenção das escolas, promovendo o sucesso escolar de todos os alunos e reduzindo a taxa de retenção”. Assim, os serviços de educação procederam à consulta pública, durante o período compreendido entre 31 de Outubro e 29 de Dezembro de 2016, sobre o sistema de avaliação de desempenho dos alunos com o objectivo de criar as condições necessárias para o crescimento saudável dos alunos.

5. Criar mais bibliotecas públicas

No contexto do desenvolvimento acelerado de Macau, o Governo dá grande importância ao alargamento dos espaços de leitura para os cidadãos e tem lançado diversos planos de incentivos para estimular a leitura diversificada e aumentar a sua eficácia. Dando um exemplo, a Biblioteca da Taipa tem cerca de 80 mil publicações e disponibiliza o maior espaço de leitura para o público em Macau. Com a reabilitação de um conjunto de antigos edifícios, a Biblioteca do Patane entrou em funcionamento em 9 de Dezembro de 2016, oferecendo mais um espaço confortável de leitura aos residentes. Embora o Governo tenha decidido promover a construção de uma nova Biblioteca Central, e a respectiva proposta tenha sido apresentada há dez anos, esta proposta levantou muitas polémicas e a autora, que até está de acordo com a proposta, entende que não se pode medir pelo dinheiro gasto a necessidade de melhorar a qualidade cultural dos residentes, nomeadamente através da divulgação da cultura literária, pois isto traz consequências profundas para o desenvolvimento social a longo prazo.

6. Melhorar as condições das escolas particulares

A DSEJ comprometeu-se a resolver, no prazo de 15 a 20 anos, a situação das (17) escolas de educação regular que se localizam nos pódios dos edifícios. Nos termos do “Quadro da Organização Curricular da Educação Regular do Regime Escolar Local”, exige-se que “as escolas assegurem aos alunos um tempo dedicado à prática desportiva, não inferior a 150 minutos por semana”.⁴ A DSEJ comprometeu-se ainda a dar apoios financeiros às escolas particulares para construir mais instalações desportivas e aperfeiçoar o espaço para as actividades juvenis, servindo de óptimo exemplo o caso da ampliação do antigo Hotel Estoril.

7. Dar importância às políticas de juventude

Após a ocorrência do SARS em 2003, o Governo de Macau decidiu liberalizar o mercado do jogo e dar maior importância às políticas destinadas a promover o desenvolvimento dos jovens. Assim, foi fixada a idade mínima de acesso aos casinos e, nos termos da lei vigente, apenas os jovens que tenham completado 21 anos de idade é que podem entrar nos casinos, o que implica que a idade mínima para o acesso dos jovens a um emprego nos casinos é hoje superior à exigida anteriormente.

8. Incentivar a cooperação entre as escolas e os encarregados de educação

O Centro de Actividades Educativas da Taipa, sob a tutela da DSEJ, lançou, em 2013, o “Plano de Incentivo 100% Pais” e o “Plano de Plataforma de Aprendizagem para Encarregados de Educação”. Durante o ano lectivo 2015/2016, os dois planos continuaram a contar com o forte apoio do Instituto Cultural, Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, Direcção dos Serviços de Correios, 45 escolas, 30 associações de encarregados de educação e 22 instituições de assistência social, para a realização de mais de mil actividades que contaram com a participação dinâmica dos cidadãos, registando um aumento de 100 actividades, em comparação com o ano lectivo anterior. Isto demonstra a importância dada pelo Governo à relação familiar entre pais e filhos assim como a sua

⁴ DSEJ, *Quadro da Organização Curricular da Educação Regular do Regime Escolar Local* (Regulamento Administrativo n.º 15/2014), DSEJ, 2015.

preocupação na promoção da cooperação entre as escolas e os encarregados de educação.

III. Aspectos negativos verificados na avaliação intercalar do “Planeamento para os Próximos Dez Anos para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior” de Macau

1. Nível de educação relativamente baixo da população activa de Macau

O Relatório do Estudo sobre a Política Demográfica de Macau divulgado em 2015 pelo Gabinete de Estudo das Políticas de Macau mostra a distribuição demográfica da população activa segundo o seu nível de educação no ano 2014:

Tabela 1: Nível de educação da população activa de 2014

Nível de educação Ano	Educação primária ou inferior	Educação básica	Educação secundária	Educação superior
2014	17.7%	23.2%	27.9%	31.2%

(Fonte: Relatório do Estudo sobre a Política Demográfica de Macau divulgado em 2015)

Este relatório revela que 59.1% da população activa detém o nível de educação secundária e superior, mas também evidencia que 40.9% da população activa detém apenas o nível de educação básica e inferior, o que identifica que o nível de educação da população activa é relativamente baixo em Macau e que isto afecta negativamente o desenvolvimento social.⁵ As políticas populacionais estão ligadas ao planeamento para o desenvolvimento pleno de Macau a longo prazo. A formação de quadros qualificados constitui um trabalho difícil e exigente para a sociedade como um todo e não é um problema que se possa resolver apenas com o esforço das escolas. Além disso, os atrasos que se verificaram no passado quanto ao desenvolvimento educacional são responsáveis pela restrição ao crescimento qualitativo da população no presente. O Relatório do Estudo

⁵ Gabinete de Estudo das Políticas do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, *Relatório do Estudo sobre a Política Demográfica de Macau*, Julho de 2015, p. 42.

sobre a Política Demográfica de Macau divulgado em 2015 mostra a distribuição demográfica da população de Macau consoante o seu nível de educação nos anos de 2001 e 2011:

Tabela 2: Distribuição demográfica da população de Macau consoante o seu nível de educação em 2001 e 2011

Nível de educação Ano	Educação primária ou inferior	Educação secundária	Educação superior	Educação especial
2001	54.6%	37.9%	7.4%	0.1%
2011	34.3%	48.9%	16.7%	0.1%

(Fonte: Relatório do Estudo sobre a Política Demográfica de Macau divulgado em 2015)

A tabela acima mostra que em 2001, os residentes de Macau com educação primária ou inferior representava 54.6% da população, o que demonstra o atraso na educação básica da população activa naquela altura. Apenas 7.4% da população detinha o grau de ensino superior, o que mostra que o Governo de Macau até então não conseguiu promover de forma eficaz as políticas necessárias com vista à formação de quadros altamente qualificados.⁶ Após o retorno de Macau à Pátria, e na sequência do desenvolvimento acelerado da economia, os sucessivos governos têm vindo a reforçar, ao longo dos anos, o investimento na educação, sobretudo através da implementação da escolaridade gratuita de quinze anos e na melhoria das condições de funcionamento das escolas particulares, dando cada vez mais uma maior importância ao desenvolvimento educacional. Comparando os dados estatísticos relativamente ao nível de educação da população de Macau, verifica-se que a percentagem da população com educação superior subiu 9.3%, a percentagem da população com educação secundária também subiu 11% e a percentagem da população com educação primária ou inferior desceu 20.3%. Conclui-se que houve um aumento do nível geral de educação da população de Macau. Aliás, os residentes com educação primária ou inferior continuaram a ocupar uma elevada percentagem da população, prejudicando a formação efectiva de quadros qualificados. Constata-se que continua a existir uma percenta-

⁶ Gabinete de Estudo das Políticas do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, *Relatório do Estudo sobre a Política Demográfica de Macau*, Julho de 2015, p. 42.

gem da população com educação primária ou inferior relativamente elevada e uma percentagem relativamente baixa da população com educação superior. Esta situação é um obstáculo para a melhoria da qualidade da população e também para se poder aumentar a competitividade de toda a nossa sociedade e isto traz consequências negativas para o desenvolvimento social de Macau a longo prazo.

2. Iniquidade na educação

Por motivos históricos, a educação nas escolas particulares em Macau tem tido um papel preponderante e daí resultam divergências, de diferentes níveis, entre as instituições educativas de Macau, relativamente às suas instalações e à qualidade pedagógica. Após o retorno de Macau à Pátria, houve avanços e desenvolvimentos na reforma do regime do ensino não superior e a autora ficou satisfeita com a dedicação dos serviços de educação no reforço do apoio à educação. No prazo de 20 anos será melhorado o ambiente de aprendizagem das (17) escolas que se localizam nos pódios dos edifícios com o objectivo de permitir aos alunos conseguirem ver o “céu azul” nas suas escolas. Entretanto, o desenvolvimento verificado nos últimos anos deu origem a desigualdades onde “os ricos ficaram cada vez mais ricos enquanto os pobres ficaram mais pobres”, pois continuam a existir grandes diferenças entre as escolas de Macau, relativamente ao ambiente do ensino-aprendizagem; por exemplo, algumas escolas do ensino secundário têm um grande auditório, tipo palácio de cinco estrelas, cujo custo de construção foi de dezenas de milhões, enquanto outras escolas, com menos recursos financeiros, possuem apenas um auditório pequeno que não tem capacidade para todos os alunos e, que em situações extremas, os alunos têm de ficar de pé ou sentar-se no chão durante as reuniões académicas. Os alunos prosseguem os seus estudos num ambiente de aprendizagem com condições tão diferentes e, verifica-se que, estas diferenças entre as instalações das diferentes escolas são cada vez maiores, dificultando a meta de se alcançar uma equidade na educação.

3. Insuficiência de esforços para se atingir um ensino básico universal

Vejam-se os dados estatísticos divulgados pela DSEJ relativamente à desistência de alunos no ensino básico regular registada nos anos lectivos de 2004/2005 a 2014/2015:

Tabela 3: Número de alunos que desistiram do ensino básico regular e taxa de desistência escolar nos anos lectivos 2004/2005 a 2014/2015

Ano lectivo	Número de desistências	Taxa de desistência
2004/2005	3,138	3.4%
2005/2006	3,061	3.4%
2006/2007	2,756	3.2%
2007/2008	2,356	2.9%
2008/2009	1,916	2.5%
2009/2010	1,727	2.3%
2010/2011	1,455	2.0%
2011/2012	1,447	2.0%
2012/2013	1,244	1.8%
2013/2014	1,264	1.8%
2014/2015	1,260	1.8%
Número total de desistências e taxa total	21,624	27.1%
Média do número anual de desistências e média da taxa anual	1,965	2.46%

(Fonte: DSEJ)

De acordo com a tabela acima, durante os 11 anos lectivos, o número de desistências do ensino básico regular totalizou 21,624 alunos e a taxa total de desistência escolar foi de 25.3%, sendo, em média, o número anual de desistências escolares de 1,965 alunos e a respectiva taxa anual de 2.46%. Apenas em 2007, com a implementação da escolaridade gratuita de quinze anos, o número de desistências começou a descer gradualmente, reduzindo de 3,138 alunos em 2004 para 1,260 em 2014. Assim, entre os anos de 2004 a 2014, o número de desistências registou uma redução de 1,878 alunos, representando uma redução de 59.7%.⁷ Isto mostra que, após o retorno de Macau à Pátria, a situação da desistência escolar tem verificado melhorias mas, mesmo assim, em cada ano 1,965

⁷ *Relatório Sumário do Inquérito sobre a Situação da Desistência Escolar entre os anos 2004 a 2014 (alunos do ensino obrigatório e não obrigatório)*, DSEJ, Julho de 2006 a Junho de 2016.

alunos, em média, desistiram do ensino básico regular, o que afectou directamente a qualidade da população empregada.

Além disso, segundo os dados estatísticos disponibilizados pela DSEJ, o número de alunos que abandonaram precocemente o sistema educativo e a taxa de abandono escolar entre os anos lectivos de 2004/2005 a 2014/2015 constam da tabela seguinte:

Tabela 4: Número de alunos que abandonaram precocemente o sistema educativo e taxa de abandono escolar nos anos lectivos de 2004/2005 a 2014/2015

Ano lectivo	Número de alunos que abandonaram precocemente o sistema educativo	Taxa de abandono escolar
2004/2005	440	0.65%
2005/2006	286	0.45%
2006/2007	308	0.55%
2007/2008	226	0.43%
2008/2009	137	0.28%
2009/2010	109	0.22%
2010/2011	84	0.19%
2011/2012	51	0.12%
2012/2013	72	0.18%
2013/2014	48	0.12%
2014/2015	35	0.08%
Número total de alunos que abandonaram precocemente o sistema educativo e taxa total de abandono escolar	1,796	3.27%
Média do número anual de alunos que abandonaram precocemente o sistema educativo e média da taxa anual de abandono escolar	163	0.30%

(Fonte: DSEJ)

De acordo com a tabela acima, durante os 11 anos lectivos, o número de alunos que abandonaram precocemente o sistema educativo totalizou 1,796 pessoas e a taxa total de abandono escolar foi de 3.27%, sendo, em média, o número anual de alunos que abandonaram precocemente o sistema educativo de 163 pessoas e a taxa anual de abandono escolar de 0.30%. Apenas em 2007, com a implementação da escolaridade gratuita de quinze anos, o número de alunos que abandonaram precocemente o sistema educativo começou a descer gradualmente, reduzindo de 440 pessoas em 2004 para 35 pessoas em 2014. Assim, entre os 11 anos lectivos, o número de alunos que abandonaram precocemente o sistema educativo registou uma redução de 405 pessoas, representando uma taxa de redução de 92%.⁸ Isto mostra que, após o retorno de Macau à Pátria, a situação do abandono escolar tem verificado melhorias mas, mesmo assim, em cada ano 163 alunos, em média, abandonaram o ensino básico regular, constituindo isto um factor negativo que prejudica a qualidade da população. A par disso, segundo os dados estatísticos disponibilizados pela DSEJ, os motivos que levaram os alunos a abandonarem a escola são variáveis e complexos e reflectem-se, principalmente, nas quatro vertentes seguintes:

Tabela 5: Motivos que levaram os alunos de Macau a abandonarem a escola

Classificação Ano lectivo	1.º lugar	2.º lugar	3.º lugar	4.º lugar
2009/2010	Falta de interesse pelos estudos (32.4%)	Resultados escolares baixos (20.3%)	Insatisfação com a escola (16.2%)	Assiduidade insuficiente (12.2%)
2013/2014	Resultados escolares baixos (35.81%)	Falta de interesse pelos estudos (21.05%)	Classificação negativa do seu comportamento (15.79%)	Assiduidade insuficiente (13.16%)

⁸ *Relatório Sumário do Inquérito sobre a Situação da Desistência Escolar entre os anos 2004 a 2014 (alunos do ensino obrigatório e não obrigatório)*, DSEJ, Julho de 2006 a Junho de 2016.

Classificação Ano lectivo	1.º lugar	2.º lugar	3.º lugar	4.º lugar
2014/2015	Falta de interesse pelos estudos (29.2%)	Classificação negativa do seu comportamento (12.5%)	Assiduidade insuficiente (12.5%)	Motivos familiares (8.3%)

De acordo com a tabela acima, os motivos principais que levaram os alunos a abandonarem a escola são nomeadamente a falta de interesse pelos estudos, a obtenção de resultados escolares baixos, a classificação negativa do seu comportamento e a assiduidade insuficiente. Importa salientar que, nos últimos anos, os motivos de cariz familiar se têm tornado cruciais na decisão do abandono escolar, o que merece uma atenção especial por parte do Governo, no sentido de reforçar as medidas preventivas quanto a esta questão. O pouco interesse pelos estudos tem uma relação muito estreita com o desenvolvimento da sociedade, do sistema educativo, da escola e da família, pelo que se trata de uma questão que merece uma reflexão profunda por parte dos responsáveis da área educativa para encontrar soluções úteis e exequíveis.

4. Atraso nas políticas destinadas à promoção do aperfeiçoamento profissional do pessoal docente

Em 2012, com a aprovação e implementação em Macau do “Quadro Geral do Pessoal Docente das Escolas Particulares do Ensino Não Superior”, a importância do pessoal docente na sociedade chegou a um patamar mais elevado, assim como melhoraram as suas regalias, permitindo ao pessoal docente adquirirem aperfeiçoamento académico e profissional. A par disso, houve uma redução das horas lectivas a cumprir pelo pessoal docente, o que veio aliviar a pressão no trabalho. Mas o “Quadro Geral do Pessoal Docente” também reforçou as exigências para o pessoal docente, pois cada docente passou a ter de fazer, pelo menos, 150 horas em actividades referentes ao seu desenvolvimento profissional no prazo de cinco anos.⁹ Em 2016, num estudo realizado sobre os motivos que

⁹ DSEJ, *Quadro Geral do Pessoal Docente das Escolas Particulares do Ensino não Superior* (Lei n.º 3/2012), DSEJ, 2012.

levaram o pessoal docente a participar em acções de reciclagem profissional, a autora fez entrevistas muito completas a 21 docentes provenientes de 7 escolas particulares de Macau e chegou à conclusão de que houve sete factores principais que levaram o pessoal docente a querer fazer uma reciclagem profissional: “interesse e iniciativa”, “desenvolvimento profissional”, “pressão no trabalho”, “eficiência de formação”, “insuficiência de tempo” e “vida familiar”. Os resultados do mesmo estudo mostraram que a maioria do pessoal docente tinha vontade de participar em acções de reciclagem profissional, de modo a desenvolver as suas capacidades técnicas e profissionais, mas a pressão no trabalho, sobretudo resultante da enorme carga de trabalho permanente e insuficiência de tempo, não lhes dava tempo para isso, por exemplo, o pessoal docente tinha de resolver as questões levantadas pelos seus alunos, mesmo depois das horas de trabalho e, ao mesmo tempo, tinha de cuidar da sua família. Tudo isto levou o pessoal docente a abster-se de participar em acções de reciclagem profissional. Uma docente inquirida, que era directora de turma e mãe de duas crianças e frequentava simultaneamente acções de reciclagem profissional e um curso de mestrado, afirmou que não podia deixar para trás a família nem o trabalho, pelo que decidiu desistir da sua formação contínua. Além disso, os docentes inquiridos acharam que alguns dos cursos ministrados pelos serviços de educação de Macau se concentravam nas teorias e tinham pouca aplicabilidade e que havia poucas escolhas quanto às acções de formação e, por outro lado, as matérias abordadas não eram úteis para resolver as questões que surgiam no dia-a-dia no trabalho, diminuindo assim o interesse do pessoal docente pela formação contínua e afectando negativamente o desenvolvimento profissional dos docentes.¹⁰ Assim, torna-se muito importante rever e melhorar o “Quadro Geral do Pessoal Docente” e, ao mesmo tempo, promover o estabelecimento de um regime de desenvolvimento profissional para o pessoal docente das escolas particulares, pois é inaceitável o atraso na promoção do desenvolvimento profissional do pessoal docente.

Uma reportagem publicada no dia 17 de Novembro de 2016, no *Diário de Macau*, revelou que, de acordo com o Senhor Chefe do Executivo,

¹⁰ Un Kam Sok, *Estudo de Relações entre a Motivação para a Reciclagem Profissional e o Desenvolvimento Profissional do Pessoal Docente de Escolas Particulares do Ensino Secundário de Macau*, tese de doutoramento, Faculdade de Economia e Administração Educativa do Instituto de Administração Pública da Universidade Normal do Sul da China em Guangzhou, Novembro de 2016, p. 175 e 198.

Chui Sai On, o “Quadro Geral do Pessoal Docente das Escolas Particulares do Ensino Não Superior” não seria objecto de revisão no curto prazo, mas seria dada uma maior importância ao desenvolvimento profissional do pessoal docente. Assim, o Governo iria incentivar a suspensão provisória das actividades lectivas para os docentes poderem fazer reciclagem, por um período não superior a meio ano, e a licença sabática para reciclagem por um ano e, tanto durante a suspensão como a licença, os docentes poderiam usufruir dos benefícios oferecidos pelo Governo e também receber um subsídio mensal para o seu desenvolvimento profissional.¹¹ Sobre este aspecto, a autora fez muitas reflexões. Segundo os dados disponibilizados pela DSEJ, foram lançados em 2007 o “Plano de Suspensão Provisória das Actividades Lectivas para Reciclagem” e o “Plano de Licença Sabática para Reciclagem”, mas estes planos não atingiram os objectivos, pois o número de docentes participantes foi baixo, principalmente pelos motivos seguintes: 1) as escolas particulares adoptaram uma atitude conservadora face aos planos referidos uma vez que os consideraram como factores prejudiciais para o funcionamento regular das escolas; 2) mesmo que os docentes tivessem vontade de participar nos planos referidos, não podiam porque não cumpriam os requisitos de candidatura para formalizar o requerimento junto da DSEJ, uma vez que não tinham o apoio das escolas onde trabalhavam; 3) foi insuficiente o apoio da DSEJ.

Dando como exemplo o seu, a autora conseguiu contar com o apoio da sua escola e da DSEJ em 2015 para obter a licença sabática para concluir o último ano do curso de doutoramento. A autora foi informada de que era a primeira docente do ensino secundário que tinha requerido a adesão ao plano de licença sabática para reciclagem. A licença sabática por um ano permitiu à autora concluir com sucesso o seu curso de doutoramento, pelo que a autora percebeu que os ganhos eram maiores do que as perdas. Fazendo uma retrospectiva, a autora reconhece que não conseguiria concluir o curso com sucesso dentro do prazo se não tivesse tido a licença sabática; portanto o plano de licença sabática reveste-se de grande valor. Se houver mais oportunidades e apoios para o pessoal docente poder usufruir da licença sabática para reciclagem profissional, isto dará grandes avanços no seu desenvolvimento profissional. Por isso, é da

¹¹ Vide “O ‘Quadro Geral do Pessoal Docente das Escolas Particulares’ não sofrerá alterações mas o regime de desenvolvimento profissional do pessoal docente será melhorado”, em *Diário de Macau*, 17 de Novembro de 2016, p. B2.

maior relevância o reforço do apoio à promoção da formação em serviço do pessoal docente.

5. Enfraquecimento das funções educativas da família

Tabela 6: Taxa de divórcio em Macau

Ano	1996	1999	2014	2015
Número de casamentos	2106	1367	4085	3719
Número de divórcios	320	283	1308	1168
Taxa de divórcio	15.2%	20.7%	32%	31.4%

(Fonte: Direcção dos Serviços de Estatística e Censos)

Tabela 7: Duração do casamento dos residentes de Macau que pediram o divórcio entre 1996 e 2015

Ano Duração do casamento	1996	Percentagem	2015	Percentagem	Aumento ou redução
< 5 anos	70	21.9%	221	18.9%	-3%
5 a 9 anos	106	33.1%	445	38.1%	+5%
10 a 14 anos	58	18.1%	160	13.7%	-4.4%
15 a 19 anos	58	18.1%	116	9.9%	-8.2%
≥20 anos	24	7.5%	226	19.4%	+11.9%
Mais de 20 anos	4	1.3%	---	---	---

(Fonte: Direcção dos Serviços de Estatística e Censos)

As tabelas 6 e 7 mostram que houve um aumento do número de casamentos e de divórcios registados após o retorno de Macau à Pátria, sendo de destacar que a taxa de divórcio duplicou, aumentando de 15.2% em 1996 para 31.4% em 2015. De entre os divórcios registados, os respectivos casamentos com duração inferior a dez anos representavam mais da metade dos divórcios em Macau, cuja percentagem aumentou de 55%

em 1996 para 57% em 2015. A taxa de divórcio dos casais com mais de 20 anos de casamento registou o aumento mais dramático, subindo de 7.5% em 1996 para 19.4% em 2015, mais do que o dobro.¹² Estes dados estatísticos são muito preocupantes, uma vez que isto mostra o impacto negativo provocado pelo desenvolvimento acelerado da sociedade nas funções da família, pois verifica-se que os matrimónios enfrentam cada vez mais problemas e desafios diários.

No relatório do inquérito sobre os indicadores respeitantes às famílias de Macau referentes ao ano 2013, divulgado pelo Centro de Aconselhamento sobre o Jogo e de Apoio à Família Sheng Kung Hui, conclui-se que “a relação familiar é pior quanto mais elevado é o número de membros da família que trabalham por turnos”.¹³ Além disso, em 26 de Junho de 2016, o responsável do Centro de Protecção das Crianças da Associação de Luta contra os Maus Tratos às Crianças de Macau revelou que “em 2015, houve 66 casos suspeitos de maus tratos infligidos às crianças, dos quais 30 eram casos suspeitos de maus tratos aos filhos menores e os maus tratos eram principalmente físicos, seguidos de comportamentos negligentes, maus tratos acumulados, abuso sexual, violência doméstica e disciplina dada pelos pais, etc. As crianças envolvidas nestes casos de maus tratos eram principalmente de idades compreendidas entre os 3 e 5 anos de idade”.¹⁴ Pela mesma ocasião, o Chefe do Departamento de Serviços Familiares e Comunitários do Instituto de Acção Social disse que “houve 14 casos de violência doméstica infligida às crianças nos primeiros quatro meses de 2016 e este número corresponde ao número total de casos registados em todo o ano passado”.¹⁵ Mais recentemente, o Chefe do Departamento de Serviços Familiares e Comunitários do Instituto de Acção Social revelou que “durante o período compreendido entre a data de entrada em vigor da Lei de Prevenção e Combate à Violência Doméstica

¹² Veja-se o *site* oficial da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

¹³ Vide “O inquérito sobre os indicadores respeitantes às famílias de Macau referentes ao ano 2013 promovido pelo Centro de Aconselhamento sobre o Jogo e de Apoio à Família Sheng Kung Hui”, em *Diário de Macau*, 26 de Junho de 2016, p. B2.

¹⁴ Vide “‘Houve 66 casos suspeitos de maus tratos às crianças no ano passado’, afirmou o responsável do Centro de Protecção das Crianças da Associação de Luta contra os Maus Tratos às Crianças de Macau”, em *Diário de Macau*, 26 de Junho de 2016, p. A3.

¹⁵ Vide “O número de casos de violência doméstica registados nos primeiros quatro meses do ano corrente corresponde ao número total de casos registados em todo o ano passado”, em *Diário de Macau*, 26 de Junho de 2016, p. A3.

e o final do ano passado, houve 31 casos de violência doméstica confirmados, quase igual ao número de casos registados no primeiro trimestre do ano corrente que foi de 29 casos, o que mostra que a situação se mantém igual”.¹⁶

Pelo exposto, constata-se que desde a liberalização do jogo em Macau, as funções da família têm sofrido alterações, nomeadamente com o surgimento de problemas ligados a comportamentos negligentes com crianças e imposição de disciplina por parte dos pais aos filhos, e estes problemas poderão dar origem a diferentes tragédias familiares. Hoje em dia, os casos de divórcio, famílias monoparentais, novos casamentos e famílias em que ambos os progenitores trabalham têm aumentado constantemente e os problemas causados por jovens e crianças são cada vez mais graves, o que afecta o seu crescimento saudável e dificulta bastante a sua educação, pondo em risco o desenvolvimento saudável da sociedade, do sistema educativo e das escolas.

6. Gestão educativa à espera de melhorias

A gestão educativa implica a alocação equilibrada dos recursos educativos (incluindo os recursos humanos e patrimoniais, bens, tempo, espaço e informações), com vista a promover a distribuição eficiente de todos os recursos disponíveis para alcançar os objectivos da colectividade referentes à educação. A gestão educativa leva em conta macro e micro factores, pois cabe-lhe não só a gestão administrativa do País e de todos os governos provinciais, municipais e distritais, assim como a gestão interna das universidades, das escolas de diferentes graus de educação e ainda dos estabelecimentos educativos para adultos com profissões específicas. Nos últimos 17 anos, após o retorno de Macau à Pátria, a educação em Macau tem registado avanços positivos, só que a sociedade espera, ainda, outras tantas melhorias neste domínio, por exemplo, a reforma educativa concentrada em suprimir os pontos menos positivos, procurando eliminá-los caso a caso; o aperfeiçoamento da gestão das escolas; a promoção da equidade na educação; a convivência saudável das famílias, ajudando-as a valorizar as funções educativas; o respeito pela personalidade de cada aluno;

¹⁶ Vide “Serão divulgados em Setembro os dados estatísticos relativamente aos casos de violência doméstica registados na primeira fase”, em *Diário de Macau*, 22 de Maio de 2017, p. B4.

a aplicação correcta dos recursos educativos; as melhorias do ambiente de aprendizagem das escolas com menos recursos financeiros, com vista a minimizar e até suprimir as diferenças entre as escolas particulares; a elevação da qualidade profissional do pessoal docente; a internacionalização da educação; a articulação da educação com as novas tecnologias informáticas; o aumento da eficiência de gestão educativa; a reforma na educação profissional e educação especial e a promoção de estudos científicos para levar a bom termo a prosperidade da educação em Macau. A reforma educativa exige que o Governo da Região Administrativa Especial de Macau e os serviços de educação realizem mais estudos aprofundados para tentar chegar à raiz dos problemas existentes e, para tal, o Governo tem de mostrar a sua ambição e dedicação na reforma educativa, sendo este o factor crucial para elevar a qualidade da população de Macau.

IV. Algumas sugestões para a avaliação intercalar do “Planeamento para os Próximos Dez Anos para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior” de Macau

1. Reforçar os investimentos na educação em linha com os padrões internacionais

É sabido que os investimentos na educação são fundamentais e estratégicos para assegurar o desenvolvimento sustentável de um país a longo prazo e fazem parte das principais funções das finanças públicas de um governo. Deste modo, no “Plano-Quadro Nacional para a Reforma e o Desenvolvimento da Educação a Médio e Longo Prazo (2010-2020)” da China foi claramente traçada a meta de elevar a percentagem da despesa pública aplicada na educação que representava no Produto Interno Bruto (PIB), conseguindo atingir 4% em 2012.¹⁷ Segundo os dados estatísticos divulgados recentemente pelo Ministério da Educação, juntamente com o Ministério de Estatística e o Ministério das Finanças, relativamente à execução da despesa pública relacionada com a educação, a percentagem que esta despesa ocupava no PIB aumentou de 4% em 2012 para 4.26% em 2015, isto é, esta percentagem passou a ser igual ou superior a 4%

¹⁷ Governo Central da República Popular da China, *Plano-Quadro Nacional para a Reforma e o Desenvolvimento da Educação a Médio e Longo Prazo (2010-2020)*, Junho de 2010.

durante 4 anos consecutivos. Contudo, o relatório de avaliação intercalar do “Planeamento para os Próximos Dez Anos para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior” afirmou que “os valores cabimentados nos orçamentos anuais do Governo com vista à aplicação de investimentos no ensino não superior têm registado uma taxa de crescimento relativamente elevada”. Só que os dados estatísticos abaixo mostram exactamente o contrário desta afirmação no relatório de avaliação intercalar, como se pode verificar:

Tabela 8: Percentagem da despesa na educação no total da despesa pública e no PIB de Macau

Ano	1995	2001	2006	2011	2012	2013	2014
Percentagem das despesas na educação no total da despesa pública de Macau	9.4%	16.1%	14.9%	17.8%	22%	17.3%	14.9%
Percentagem das despesas na educação no PIB de Macau	1.76%	3.0%	2.3%	2.8%	3.3%	1.96%	1.94%

(Fonte: Relatório da Avaliação Intercalar do Planeamento para os Próximos Dez Anos para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior)

De acordo com a tabela acima, verifica-se que, durante os últimos 20 anos, a percentagem da despesa na educação no PIB de Macau aumentou de 1.76% para 3.3% mas depois desceu para 1.94%.¹⁸ Houve uma subida e descida desta percentagem, o que mostra uma certa irregularidade nos investimentos feitos na educação e demonstra que o Governo e os serviços de educação não conseguiram avaliar e dar a devida importância ao investimento de recursos financeiros na educação. Há um estudo que mostra a influência bastante positiva do investimento feito na educação no crescimento económico de Macau, afirmando mesmo que cada aumento de 1% do investimento na educação poderá dar origem ao crescimento da economia de 8.95%; o efeito de transbordamento do

¹⁸ Gabinete de Avaliação do Centro de Investigação do Desenvolvimento Educativo do Ministério de Educação da China, *Relatório da Avaliação Intercalar do Planeamento para os Próximos Dez Anos para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior (2011-2020)*, DSEJ, Outubro de 2016.

investimento na educação nos outros sectores não educacionais é por demais evidente, pois um crescimento de 1% do investimento na educação poderá levar os sectores não educacionais a crescerem 1.3%, caso os outros factores se mantenham inalterados; existe uma relação de cointegração entre o investimento na educação e o crescimento económico.¹⁹

Assim, a autora espera que os serviços de educação possam dar uma maior importância aos investimentos que devem ser feitos na educação e elaborar um plano regular e estável sobre os investimentos na educação a longo prazo, de modo a assegurar que o desenvolvimento educativo de Macau consegue atingir o patamar de outros países mais desenvolvidos e articular-se com os padrões internacionais.

2. Concretizar a equidade na educação e minimizar as diferenças entre as escolas particulares

Em 24 de Novembro de 2015, o Senhor Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Alexis Tam, anunciou que o Governo iria lançar o Projecto “Céu Azul” no sentido de resolver, no prazo de 15 a 20 anos, a situação das escolas que se localizam nos pódios dos edifícios. Embora tenha obtido o apoio geral dos residentes, o Projecto “Céu Azul” é preocupante, uma vez que se tivermos em conta o calendário do Governo, as escolas que hoje em dia não dão para ver o “céu azul” ainda têm de esperar 20 anos, isto é, será necessário levar 40 anos para o Governo poder resolver as necessidades das escolas localizadas nos pódios dos edifícios no sentido de permitir aos seus alunos poderem ver o “céu azul”. Na melhor das hipóteses os alunos passam apenas 15 anos nas escolas e não podem ficar sempre à espera, pois isto viola o princípio da equidade.²⁰

Antes do retorno de Macau à Pátria, existiam grandes diferenças relativamente à qualidade das várias escolas particulares e, desde daí, estas divergências mantiveram-se o que se reflectiu no desenvolvimento de cada uma delas. Após o retorno de Macau à Pátria, o Governo de Macau

¹⁹ Yun Yu San, *Uma Análise sobre a Influência dos Investimentos em Educação no Desenvolvimento Económico – Um Estudo Prático Baseado no Modelo Feder*, dissertação de mestrado, Faculdade de Economia da Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau, 2015.

²⁰ Un Kam Sok, “Melhorar a gestão educativa e elevar a qualidade dos residentes de Macau – algumas sugestões minhas para o Plano Quinquenal de Desenvolvimento de Macau na área da educação”, em *Hobbs Journal*, Fevereiro de 2016, N.º 100.

começou a aumentar os recursos aplicados na educação com o objectivo de melhorar as instalações e a qualidade pedagógica das escolas mas, mesmo assim, não foi ainda alcançada efectivamente a equidade na educação. Para minimizar, e até suprimir as diferenças entre as escolas particulares, é necessário acelerar a reforma educativa. Dando, como exemplo, a informação do registo central para o acesso das crianças ao ensino infantil, verifica-se que as escolas que são amplamente reconhecidas pela sociedade como escolas de melhor qualidade de ensino recebem anualmente mais de mil inscrições, representando quase metade do total do número de crianças em Macau. No entanto, há ainda mais de uma dezena de escolas em Macau, aquelas onde “não se vê o céu azul”, cujas salas de aula são muito apertadas, sem recintos próprios para a prática de desporto e que exigem aos alunos que se sentem no chão nas reuniões académicas. Até hoje, o problema ainda não foi resolvido. **Um aluno de apelido Lei que frequenta o 11.º ano de escolaridade entende que “em algumas escolas os alunos nem conseguem ver o ‘céu azul’ e a diferença entre as escolas em Macau é como a diferença entre uma bicicleta e um carro desportivo, pelo que o Governo deve adoptar uma atitude imparcial e apoiar as camadas mais carenciadas da sociedade”.**²¹ A autora é de opinião de que “não há equidade absoluta mas somente uma equidade relativa”. Isto porque as escolas de melhor qualidade possuem características próprias, tais com uma longa história que lhes trazem muitas vantagens tanto ao nível das instalações como do pessoal docente.

Pelo exposto sugere-se que o Governo adopte medidas úteis, aprendendo com as experiências de Hong Kong, no sentido de tentar chegar à raiz dos problemas existentes nas escolas com maiores dificuldades para os tentar eliminar. Em especial, o Governo deve adoptar medidas educativas mais favoráveis às escolas mais carenciadas, ajudando-as a desenvolver as suas vantagens específicas para elevar a qualidade pedagógica. Assim, com os recursos disponibilizados pelo Governo, as escolas mais carenciadas podem, através do seu empenho, suprimir as suas insuficiências para elevar a qualidade do ensino e, através da prática, atingir a equidade na educação. Assim, a cada aluno será oferecido um ambiente mais agradável para a sua aprendizagem e crescimento permitindo-lhes usufruir de uma educação cada vez mais equitativa. É mesmo esta a responsabilidade que o Governo e os serviços de educação devem assumir.

²¹ Troca de impressões entre a autora e os alunos do 11.º ano de escolaridade nas aulas de educação cívica, Janeiro de 2017.

3. Dar importância à qualidade do ensino básico

O historiador inglês consagrado Toynbee tem uma frase bem conhecida: “existe uma competição intensa entre a educação e o desastre”, isto é, se dermos pouca importância à educação isso leva-nos a um desastre, enquanto se dermos grande importância teremos prosperidade. Ao longo dos anos, a taxa de retenção de alunos em Macau tem-se mantido nos primeiros lugares do ranking mundial, embora a taxa tenha descido de 15.6% no ano lectivo de 1999/2000 para 11.8% no ano lectivo de 2010/2011, o que nos leva a dizer que este velho problema dos últimos 30 anos, de grande relevância, ainda não está resolvido.²² Um académico de Macau afirmou que “apesar do estabelecimento da escolaridade gratuita de 15 anos, verifica-se que a taxa de não conclusão do ensino secundário é de cerca de 40% dos alunos inscritos” e isto afecta directamente o nível de educação da população de Macau. Além disso, mais de metade da população de Hong Kong e Singapura detém o nível de educação secundária ou superior, enquanto em Macau apenas 40% a 50% da população detém o nível de educação secundária ou superior, o que mostra que existe ainda um atraso quanto ao nível de educação da população de Macau em relação às regiões ou países vizinhos. Ao longo dos anos, os serviços de educação têm tido uma atitude básica para lidar com este problema da retenção dos alunos nas escolas, mas com a divulgação em 2015 do Relatório do Estudo sobre a Política Demográfica de Macau, onde se mostra o nível de educação relativamente baixo da população de Macau, poderão os serviços de educação continuar a deixar para atrás este problema por resolver?

Não existem tantos 30 anos na nossa vida! A autora deixa aqui um novo apelo à DSEJ para que elabore, tão rápido quanto possível, um calendário que seja útil para resolver os problemas ligados ao regime de retenção dos alunos e crie um grupo de trabalho específico para acompanhar este assunto, convidando académicos, especialistas e docentes para estudar e encontrar soluções para ultrapassar este obstáculo. É por isso indispensável chegar ao fundo dos problemas existentes de forma a reduzir a taxa de retenção, prevenindo a desistência e o abandono escolar, e assegurar a qualidade do ensino regular. Nunca poderemos pôr de lado o ensino regular, pois isso poderá dar origem a um desastre maior, ou seja, pôr em risco o futuro de Macau.

²² Associação de Educação de Macau, “Algumas opiniões sobre as linhas de acção governativa de 2014”, 18 de Junho de 2013.

4. Adotar medidas de apoio e reforçar as funções de aconselhamento escolar

Em comparação com o passado, tem-se verificado uma tendência decrescente das taxas de retenção e de desistência escolar, mas o número de alunos também está a reduzir. Isto significa que as taxas de retenção e de desistência escolar ainda se situam num nível elevado e esta situação é muito preocupante. Além disso, a liberalização do jogo em Macau tem vindo a dar contrapartidas financeiras muito atractivas à sociedade de Macau, mas há também riscos escondidos, sobretudo no que diz respeito ao enfraquecimento das funções educativas da família, nomeadamente tem aumentado a taxa de divórcios e de famílias monoparentais e também o número de famílias em que ambos os progenitores trabalham. As famílias, como primeira porta para a educação das crianças, estão a sofrer grandes impactos, principalmente as famílias em que ambos os progenitores trabalham por turnos, pois o casal pode não estar presente ao mesmo tempo junto dos filhos para lhes dar todo o acompanhamento necessário, e isto afecta a aprendizagem das crianças. Os problemas dos jovens resultam do enfraquecimento das funções educativas das famílias e muitas vezes esses problemas são transportados para as escolas, o que dificulta muitíssimo o trabalho de ensinar do pessoal docente.

Assim, espera-se que os serviços de educação façam uma nova avaliação sobre as dificuldades que os alunos estão a enfrentar e adoptem mais medidas de apoio, sobretudo destinadas aos alunos com dificuldades nos estudos, de modo a permitir ao pessoal docente ter mais tempo para se concentrar na promoção do desenvolvimento dos alunos, quer no estudo quer no comportamento adequado, de modo a assegurar o crescimento saudável dos alunos.

5. Melhorar as políticas relativas à formação do pessoal docente para promover o seu desenvolvimento profissional

Com o esforço conjunto da nossa sociedade, ao longo de 20 a 30 anos conseguiu-se em 2012 aprovar e implementar em Macau o “Quadro Geral do Pessoal Docente das Escolas Particulares do Ensino Não Superior”, no sentido de assegurar e proteger, por força da lei, os direitos e os interesses do pessoal docente. Aliás, com o desenvolvimento demasiado acelerado de Macau, há algumas partes no referido “Quadro Geral” que deverão ter de ser revistas e actualizadas, num curto espaço de tempo,

pois o enquadramento da sociedade, da educação, da família, do pessoal docente e mesmo dos alunos também sofreu alterações. A qualidade do pessoal docente constitui um factor crucial para o crescimento dos alunos, pelo que é muito urgente avaliar os resultados já obtidos com a implementação do “Quadro Geral”. Num mundo cheio de mudanças em que vivemos, uma equipa de docentes altamente qualificados é muito importante. Nesta cidade do jogo cheia de oportunidades mas também de tentações fáceis e com uma taxa de desemprego próxima de zero, os jovens não precisam de lutar pelo seu emprego e por isso falta-lhes competitividade, pelo que alguns jovens perdem o interesse pelos estudos e isto reflecte-se, cada vez mais, nos problemas com que se debatem as administrações das escolas mais carenciadas. Num ambiente social tão bom como é este que se vive em Macau, alguns alunos deixam de prosseguir os seus estudos e isto traz grandes problemas ao ensino.

Pelo exposto, a época em que vivemos, o tipo de sociedade que existe e as diferenças de qualidade entre as escolas de Macau, trazem grandes desafios aos trabalhos do pessoal docente. A autora espera que a DSEJ e as escolas possam elaborar e adoptar, tendo sempre em consideração as circunstâncias sociais, políticas úteis para promover a formação contínua do pessoal docente e apoiar a sua formação no serviço, aperfeiçoando o seu ambiente de trabalho para elevar a qualidade do ensino.

6. Elevar a eficiência da gestão educativa

A gestão educativa compreende a gestão dos recursos humanos, patrimoniais e imateriais. Após o retorno de Macau à Pátria, o Governo da RAEM tem-se empenhado em elevar a eficiência da gestão educativa, tendo conseguido maiores avanços em relação ao passado, nomeadamente através do reforço do investimento na educação, estabelecimento da escolaridade gratuita de 15 anos, melhoria das condições para o funcionamento das escolas privadas e ainda com a implementação do “Quadro Geral do Pessoal Docente das Escolas Particulares do Ensino Não Superior”. Por outro lado, em Outubro de 2015, foi dado início à consulta pública sobre as “Exigências das Competências Académicas Básicas da Educação Regular do Regime Escolar Local” e, ainda, sobre o “Regime de Avaliação de Desempenho dos Alunos do Ensino Regular”, entre 31 de Outubro e 29 de Dezembro de 2016. Irá ser elaborado um projecto de lei sobre o regime de desenvolvimento profissional do pessoal docente

que será submetido à Assembleia Legislativa em 2018. Assim, o Governo pretende, com o reforço de nova legislação sobre educação, elevar a eficiência da gestão educativa.

A educação envolve todas as famílias. A reforma educativa americana mostra-nos que um país só pode ficar num lugar invencível quando dá maior importância à administração educativa. O Japão também é um bom exemplo, pois após a Segunda Guerra Mundial, foi o empenho na educação que levou o Japão a tornar-se um dos países economicamente mais desenvolvidos. As políticas adoptadas por estes países desenvolvidos na área da educação são bons exemplos para o Governo da RAEM ou, mais especificamente, para a DSEJ promover o desenvolvimento da causa educativa.

Conclusão

O “Relatório do Estudo sobre a Política Demográfica de Macau” divulgado em 2015 mostra-nos que o nível de educação da população de Macau é relativamente baixo e isto é um sinal vermelho para a implementação de uma linha de acção governativa relativa a “Construir Macau através da formação de talentos”. A formação de quadros qualificados poderá ser afectada não apenas pelo desenvolvimento social como também pela desigualdade na distribuição dos recursos sociais, sobretudo na área educativa. A educação exige a atenção e a participação de toda a sociedade e é necessário desenvolver os valores correctos de educação na formação de quadros qualificados para a promoção do desenvolvimento social. Aliás, os problemas sociais, nomeadamente no âmbito das políticas educativas, gestão educativa e gestão das escolas, não poderão ser resolvidos em 10 anos, pelo que é necessário ir resolvendo caso a caso, conforme as circunstâncias sociais mais prementes, para assim se conseguir elevar a eficiência da gestão educativa.

O educador consagrado chinês Gu Mingyuan, aos seus 86 anos, lançou um livro intitulado *Qual é o Caminho Correcto para o Desenvolvimento Educativo da China*, onde escreveu: “trabalho na área da educação e posso perceber que alguns problemas são mesmo problemas sociais e que não devem cair nas escolas, pois as escolas fazem o seu melhor mas os directores devem ser realistas e enfrentar a realidade. Devemos compreender que a educação não poderá ser a única solução para todos os

problemas”.²³ Isto leva a autora a reflectir sobre a liberalização do jogo em Macau que dá origem à economia unipolar de Macau e esta situação altera a vida normal de muitas famílias, pois as novas gerações devem adaptar-se à forma de trabalhar dos seus pais. A falta de educação e de cuidados dos pais poderá fazer crescer ainda mais os problemas familiares e dos jovens e isto dificulta a educação nas escolas e só traz prejuízos à formação de quadros qualificados para a nossa sociedade.

Por fim, tendo a autora estado na primeira linha das actividades de educação nos últimos 18 anos, testemunhou o esforço dedicado do Governo da RAEM e da DESJ para promover o desenvolvimento educativo. Daqui em diante, o desenvolvimento contínuo da educação carece do esforço conjunto de toda a sociedade, pelo que todos devemos fazer o melhor que sabemos e cumprir com os nossos deveres e obrigações na sociedade, participando nos assuntos sociais, nomeadamente na educação. É necessário elevar a eficiência da gestão das actividades educacionais, pois já não há outra alternativa!

²³ Gu Mingyuan, *Qual é o Caminho Correcto para o Desenvolvimento Educativo da China – Uma abordagem de Gu Mingyuan*, People’s Education Press, 2016.